

ADENDA AO AVISO

MAR20-S3-2019-98

**Tipologia: MELHORIA DOS CIRCUITOS DE BENS ALIMENTARES E MERCADOS
LOCAIS, NO ÂMBITO DO MAR**

Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto

O Anúncio MAR20-S3-2019-98 relativo à medida – Melhoria dos circuitos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar, carece de ser alterado, ao abrigo do disposto na Portaria supra identificada, no seu ponto inicial, no que diz respeito ao prazo limite para apresentação de candidaturas.

Assim, prorroga-se a data limite para apresentação de candidaturas, até ao dia 10 de janeiro de 2020, pelas 18h00m59s.

Mafra, 19 de novembro de 2019

O Presidente do Órgão de Gestão



Joaquim Sardinha

Anúncio de Abertura de Período de Apresentação de Candidaturas

N.º 2/2019/CCML/GAL Ericeira Cascais

Tipologia:

**MELHORIA DOS CIRCUITOS CURTOS DE BENS ALIMENTARES E MERCADOS
LOCAIS, NO ÂMBITO DO MAR**

Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto

A submissão de candidaturas ao abrigo do regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto, no âmbito da Melhoria dos Circuitos Curtos de Bens Alimentares e Mercados Locais, no âmbito do Mar, é efetuada no período compreendido entre o **dia 1 de outubro e o dia 29 de novembro de 2019**.

Em coerência com o disposto no artigo 11.º do citado Regime de Apoio, a presente abertura rege-se pelos termos e condições seguintes:

1. Legislação Aplicável:

O presente Anúncio não dispensa a consulta de toda a regulamentação e orientações aplicáveis, nomeadamente:

- Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto
- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro
- Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro
- Outras orientações técnicas aprovadas pela Autoridade de Gestão e divulgadas no respetivo sítio da internet

2. Objetivos e prioridades visadas:

Promover o desenvolvimento local e a diversificação das economias das zonas pesqueiras e costeiras através do empreendedorismo, da promoção do emprego sustentável e com qualidade, da promoção da inovação social e criação de respostas a problemas de pobreza e de exclusão social.

3. Tipologia de operações a apoiar:

São suscetíveis de financiamento operações que visem a criação de novas metodologias e espaços de distribuição e de comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura (2ª venda), incluindo inovação e acesso a tecnologias de informação.

Os apoios previstos compreendem, designadamente, as seguintes ações:

- Criação de peixarias e/ou modernização de infraestruturas existentes, designadamente, modernização de mercados;
- Ações de promoção e de sensibilização para a comercialização de proximidade que permitam escoar e valorizar a produção local.

As operações devem preencher as condições previstas no artigo 5.º regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto.

4. Área geográfica elegível e indicadores de execução material:

A área geográfica corresponde ao território de intervenção do GAL Ericeira Cascais, a saber:

Concelho	Freguesia
Cascais	União de Freguesias de Cascais e Estoril
Mafra	Encarnação Ericeira Santo Isidoro

Indicador	Estratégia de Desenvolvimento Local aprovada
Criação de Postos de trabalho	Criação de Postos de trabalho - 2

5. Beneficiários:

Nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 216/2016 de 5 de agosto e da OTE nº 2/2017, o **acesso é limitado a Associações de Pescadores ou de Produtores da Pesca, a Microempresas, a Empresários em Nome Individual e a Entidades da Administração Local ou por ela geridas**, que preencham as condições previstas no artigo 7.º do referido Regulamento.

6. Despesas elegíveis e não elegíveis

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro e das fixadas na OTE nº 2/2017, fixam-se as seguintes regras de elegibilidade das despesas:

Despesas elegíveis	Despesas não elegíveis
Construção ou obras de adaptação/modernização de edifícios e correspondentes projetos técnicos;	Despesas de funcionamento do beneficiário, custos correntes e de manutenção;
Aquisição de equipamentos para preparação, embalagem e acondicionamento de produtos;	Trabalhos da entidade beneficiária para ela própria;
Aquisição de bancas de venda e sinalética;	Equipamentos em estado de uso.
Aquisição de viaturas adaptadas ao transporte de produtos alimentares sob temperatura dirigida;	
Aquisição de contentores isotérmicos para transporte e armazenagem de pescado e de gelo;	

Conceção e produção de embalagens e rótulos;

Equipamento informático, incluindo o desenvolvimento de plataformas eletrónicas de comercialização e websites;

Outras despesas consideradas indispensáveis à execução da operação.

7. Dotação orçamental:

A dotação orçamental, em termos de apoio público, é de 58 823,52 €, dos quais 85% correspondem à comparticipação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

8. Número máximo de candidaturas admitidas por beneficiário:

Apenas se admite uma candidatura por beneficiário durante a vigência temporal do presente anúncio.

9. Forma e local de apresentação de candidaturas:

As candidaturas são apresentadas online, através do site do Balcão 2020 (<http://balcao.portugal2020.pt>).

10. Critérios de seleção e respetivos fatores, fórmulas, ponderação e critério de desempate:

As candidaturas devidamente submetidas que cumpram as condições de elegibilidade das operações e dos beneficiários, previstas nos artigos 5.º e 7.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto, são selecionadas para hierarquização.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Pontuação Final da Operação (PF) para a qual contribuem as apreciações seguintes:

- AT = Análise Técnica – valoriza a qualidade técnica objeto da operação;
- AF = Análise Económica e Financeira – valoriza a viabilidade do investimento;
- AE = Análise Estratégica – valoriza a contribuição da operação para os objetivos da EDL.

A fórmula a aplicar depende do valor do investimento da operação, assim:

- Para operações de investimento elegível superior ou igual a 50.000€ é aplicada a seguinte fórmula:

$$PF = 0,20AT + 0,20AF + 0,6AE$$

- Para operações de investimento elegível inferiores a 50.000€, ou apresentados por entidades públicas ou por empresários em nome individual, a AF não é exigível, sendo aplicada a seguinte fórmula:

$$PF = 0,4AT + 0,6AE$$

São excluídas as candidaturas que obtenham menos de 50 pontos na pontuação final (num total de 100) ou 0 pontos em qualquer das apreciações.

A forma de cálculo das pontuações da AT, da AF e da AE é definida no anexo I ao presente aviso.

Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas de acordo com os seguintes critérios:

- Candidatura com maior pontuação na apreciação estratégica
- Data de receção de candidatura.

11. Forma, nível e limite dos apoios:

Os apoios são concedidos sob a forma de subvenção não reembolsável e limitados a:

- € 500.000, nos casos em que, simultaneamente, as operações são promovidas por entidades públicas e não são geradoras de lucro;
- € 200.000, nos restantes casos.

Nos termos do artigo 9º do Regulamento anexo à Portaria n.º 216/2016 de 5 de agosto, a taxa de apoio público a conceder por tipologia de beneficiário é fixada de acordo com as seguintes taxas:

Tipologia de promotor	Apoio Público (Máximo)
Nos termos do nº1 do artigo 9º:	50%
Regra geral	
Nos termos das alíneas a) e b) nº2 do artigo 9º:	100%
Organismo de direito público ou empresa encarregada da gestão de serviços de interesse económico geral	
Preveja o acesso do público aos seus resultados e seja de interesse coletivo	
Preveja o acesso do público aos seus resultados e tenha um beneficiário coletivo	
Preveja o acesso do público aos seus resultados e tenha características inovadoras, se for caso disso a nível local	

Quando os serviços da administração central, regional e autárquica, os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados, os fundos públicos, as associações públicas exclusivamente constituídas por pessoas coletivas de direito público, bem como as empresas públicas e outras entidades integradas no setor público empresarial, sejam entidades beneficiárias do FEAMP, suportam a contribuição pública nacional, equivalente a 15% do apoio público.

12. Meios de divulgação e informação complementar:

Complementarmente ao presente Anúncio, a legislação e orientações técnicas aplicáveis, estão disponíveis no sítio da *Internet* do GAL Pesca Ericeira Cascais, em www.a2s.pt e no sítio da *Internet* do Mar2020, em www.mar2020.pt.

Poderão ser obtidos esclarecimentos adicionais junto do GAL Pesca Ericeira Cascais, através do endereço geral@a2s.pt ou pelo telefone 261 025 007.

Mafra, 27 de setembro de 2019

O Presidente do Órgão de Gestão
Joaquim Sardinha



Anexo I – Critérios de Seleção

A AT é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios, conforme OTE n.º 5/2019:

AT – Análise Técnica						
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Valoração (%)	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AT1 Qualidade da operação	40	Relação entre a estrutura de custos e os objetivos perseguidos	60	Muito adequado	100	Formulário de candidatura Memória descritiva e anexos
				Adequado	50	
				Desadequado	0	
		Qualificação dos recursos humanos envolvidos	20	Muito adequado	100	
				Adequado	50	
				Desadequado	0	
		Meios técnicos e físicos afetos ao desenvolvimento da operação	20	Muito adequado	100	
				Adequado	50	
				Desadequado	0	
AT2 Contributo da operação para os indicadores do Programa	40	Criação e/ou manutenção de emprego	50	Criação	100	
				Manutenção	50	
				Não	0	
		Criação de Empresas	50	Sim	100	
				Não	0	
AT3 Operação prevê o acesso público aos seus resultados:	20	Interesse coletivo	30	Sim	100	
				Não	0	
		Beneficiário coletivo	30	Sim	100	
				Não	0	
		Características inovadoras	40	Sim	100	
				Não	0	

A AF é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

- **Projetos com fins lucrativos ≥ 50.000 euros:**

VE – Análise económico-financeira					
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AE1	30	VAL (Valor Atual Líquido)	VAL > 0	100	Formulário de candidatura Memória descritiva e anexos
			VAL = 0	0	
AE 2	70	TIR (Taxa Interna de rentabilidade)	TIR $\geq 1,5$	100	
			TIR < 1,5	0	

- **Projetos sem fins lucrativos ou com investimentos elegíveis inferiores a 50 000 euros:**

É aferida a adequação dos pressupostos económico-financeiros e a sustentabilidade da operação.

A AE é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

AE – Análise Estratégica					
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AE1 Contribuição para os objetivos da EDL	80	Contributo para os objetivos da EDL, conforme quadros abaixo	2 ou mais objetivos	100	Formulário de candidatura Memória descritiva e anexos
			1 objetivo	75	
			Não contribui para nenhum objetivo	0	
AE2 Âmbito territorial	20	Impacto das ações a realizar	Regional	100	
			Local	50	

Objetivos da EDL:

1 - Dinamização e sustentabilidade das zonas litorâneas

Contribui para o presente objetivo se cumprir um dos sub-critérios seguintes:

<p>Relação com o setor da pesca e aquicultura <i>Pontua quando é demonstrado que o investimento se relaciona com a atividade piscatória ou aquicultura.</i></p>
<p>Relação com a sustentabilidade ambiental <i>Pontua quando é demonstrado que o investimento se relaciona com a sustentabilidade ambiental e da pesca</i></p>
<p>Criação de valor <i>Pontua quando, no âmbito da operação, está prevista a criação/comercialização/promoção de pescado com valor acrescentado (embalado, processado ou transformado)</i></p>
<p>Valorização dos recursos endógenos <i>Pontua quando a operação contribui para a promoção e/ou comercialização de produtos locais (ex: Ouriço-do-mar, Polvo, Linguado rosa, Raia)</i></p>
<p>Criação de nova área de negócio <i>Pontua quando o investimento se destina à criação de uma nova área de negócio no âmbito da atividade desenvolvida (CAE inscrito nos 6 meses anteriores à candidatura)</i></p>

2 - Turismo e Património

Contribui para o presente objetivo se cumprir um dos sub-critérios seguintes:

Relação com o Património

Pontua quando é demonstrado que o investimento se relaciona com o património natural e cultural, material ou imaterial.

3 - Criação de valor e Inclusão social

Contribui para o presente objetivo se cumprir um dos sub-critérios seguintes

Responsabilidade social

Pontua quando o beneficiário demonstra empregar pessoas em situação de vulnerabilidade social (pessoas inscritas nos centros de emprego, com deficiência ou incapacidade, refugiados, ex-recluso ou com idade inferior a 30 ou superior a 45 anos) ou quando o investimento revela uma preocupação com pessoas de mobilidade condicionada e/ou portadoras de deficiência

Igualdade de oportunidades

Pontua quando o beneficiário demonstra empregar pessoas do género sub-representado (IEFP, 2017)

Capacitação de atores locais

Pontua quando o beneficiário demonstra empregar pessoas qualificadas (formação técnico e/ou profissional ou superior) em áreas relacionadas com a operação.

4 – Objetivos transversais

Contribui para o presente objetivo se cumprir um dos sub-critérios seguintes

Estabelecimento de parcerias

Pontua quando é comprovada a realização de parcerias no âmbito da operação.



Anexo II – Documentos a apresentar na candidatura

Beneficiário

1. Declaração de Início de Atividade e alterações ou *Printscreen* da Situação Cadastral Atual (área pessoal das Finanças) - **OBRIGATÓRIO**
2. Pessoas coletivas – **OBRIGATÓRIO** (o que for aplicável)
 - Certidão Permanente do registo comercial;
 - Estatutos e Ata de eleição dos corpos sociais;
 - Certidão da CASES – no caso de Cooperativas;
3. Declaração de não dívida à Segurança Social e à Autoridade Tributária;
4. Informação económico-financeira do beneficiário, dos três anos anteriores à candidatura (IES, Balanços e Demonstrações de Resultados) – **OBRIGATÓRIO**
5. Pareceres, licenças, autorizações, inscrições ou registos de entidades nacionais, regionais ou locais, com competências nas áreas de investimento em causa;

Operação

1. **Memória Descritiva - OBRIGATÓRIO**
2. Pareceres, licenças, autorizações, inscrições ou registos de entidades nacionais, regionais ou locais, com competências nas áreas de investimento em causa;
3. Projetos técnicos de execução, Plantas e Mapas, Memória descritiva;
4. Elementos relativos à propriedade do espaço a intervencionar: caderneta predial, contrato de arrendamento ou outro tipo de cedência de exploração, designadamente, contrato de comodato, com durabilidade compatível com a execução da operação e as obrigações dos beneficiários [quando respeitem a investimentos produtivos: 3 anos para PME e 5 anos para as restantes entidades]
5. **Três orçamentos e/ou faturas proforma** discriminados em detalhe e com preços unitários. Os equipamentos devem ser bem caracterizados e quantificados. (não aplicável a entidades públicas, quando o valor do investimento seja superior ao necessário para o procedimento de ajuste direto) – **OBRIGATÓRIO.**
6. Catálogos dos equipamentos a adquirir mencionando as características técnicas do equipamento;
7. Cópia da ata que considera a aprovação da realização da operação com indicação do custo total e das fontes de financiamento;
8. Nos casos em que seja proposta a afetação parcial de despesa - nota justificativa;
9. Extrato das remunerações da Segurança Social (discriminado por trabalhador), nos seis meses anterior à candidatura – quando há criação de Postos de Trabalho – **OBRIGATÓRIO.**
10. Documentos que comprovem o cumprimento dos pressupostos da Análise Técnica, Económico-Financeiras e Estratégia (se aplicável) – **OBRIGATÓRIO;**